Venda de um negócio licenciado em Singapura

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

As aprovações da MAS

Uma instituição de pagamento licenciada nos termos do Payment Services Act 2019 (PSA, a lei dos serviços de pagamento) não pode mudar de mãos sem a aprovação prévia da Monetary Authority of Singapore (MAS). A lei exige que qualquer pessoa que deseje tornar-se controladora de 20% ou controladora indireta de um licenciado obtenha antes a aprovação da MAS, e a MAS pode aprovar sob condições, recusar ou posteriormente opor-se a um controlador que se tenha tornado inidôneo.[1] O titular de uma Capital Markets Services Licence (licença CMS) nos termos do Securities and Futures Act (SFA) está sujeito ao regime paralelo para acionistas relevantes e controladores.[2] Um DTSP (prestador de serviços de tokens digitais) licenciado nos termos do FSMA está sujeito às disposições sobre controle da Parte 9 dessa lei.[3]

A análise de uma mudança de controle pela MAS examina a idoneidade do adquirente, sua solidez financeira, a origem de seus recursos e seus planos para o licenciado, segundo as mesmas Guidelines on Fit and Proper Criteria que regem o licenciamento.[4] A análise leva de três a seis meses. Nos últimos anos, a MAS tem vinculado às aprovações condições que exigem que o adquirente mantenha a

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

substância do licenciado em Singapura, conserve por um período o pessoal-chave de compliance e preste contas sobre a integração. Um adquirente estrangeiro de uma instituição de pagamento de Singapura deve contar com essas condições e precificá-las.

A licença não é um ativo

Uma licença de Singapura não pode ser vendida. Ela é pessoal ao licenciado, caduca se o licenciado deixar de exercer a atividade e não pode ser transferida a outra entidade.[5] A consequência é que um comprador que deseja a licença precisa comprar a sociedade, com tudo o que a sociedade fez. Um comprador que deseja apenas o negócio precisa requerer sua própria licença e migrar os clientes. O mesmo vale para uma licença da FINMA e para uma filiação a um OAR na Suíça. A "sociedade de prateleira licenciada" que ocasionalmente aparece no mercado, uma sociedade com licença e sem negócio, tem valor limitado em qualquer dos dois polos. O regulador tratará a aquisição, em substância, como um novo pedido e exigirá que o adquirente demonstre a organização, o capital e as pessoas que a licença requer.

Notas

1. Payment Services Act 2019 (2020 Rev. Ed.), Parte 3 (controle de licenciados: aprovação necessária antes que uma pessoa se torne controladora de 20% ou controladora indireta; definições de "20% controller" e "indirect controller" na seção 2(1)); MAS, Guidelines on Licensing for Payment Service Providers (PS-G01), seção sobre mudanças de controle. Parte K, Capítulo II. ↩
2. Securities and Futures Act 2001, Parte IV, Divisão 1 (requisitos de aprovação relativos a acionistas relevantes e controladores de titulares de capital markets services licences). Parte K, Capítulo X. ↩
3. Financial Services and Markets Act 2022, Parte 9 (controle de prestadores de serviços de tokens digitais licenciados). Parte K, Capítulo V. ↩
4. MAS, Guidelines on Fit and Proper Criteria (FSG-G01), em sua versão revisada; MAS, Guidelines on Licensing for Payment Service Providers (PS-

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

G01), Anexo (informações exigidas para pedidos relativos a controladores). Parte K, Capítulo II. ↩

5. Payment Services Act 2019, seção 10 (caducidade da licença quando o licenciado deixa de exercer a atividade ou é liquidado) e seção 11 (revogação e suspensão). Parte K, Capítulo II. ↩

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.